

Índice

Agente Político

- Ofensas pessoais ao Prefeito. Ação Judicial. Atribuição dos procuradores municipais. Orientações. 14
Giselle Gomes Bezerra

Bem Público

- Avaliação periódica patrimonial. Exame quanto aos procedimentos necessários. 18
Luiz Fernando Negrão de Castilho

Câmara Municipal

- Emendas impositivas ao orçamento. Incorporação ao projeto de lei para envio à sanção do Executivo. Necessidade 28
Elizabeth Toshiko Horie

- Recesso. Convocação extraordinária. Aprovação por maioria absoluta. Necessidade. 34
Clarissa Boscaine

Contrato

- Código da CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica). Compatibilidade com o objeto executado como condição para pagamento 38

Rodrigo Coelho Melaré

- Rescisão amigável. Incabível se configurada hipótese que enseja a rescisão unilateral. Apuração administrativa com garantia do contraditório. 49

Luciane Tavano da Rocha

Ensino

FUNDEB. Utilização de recursos para pagamento de servidores da área da educação ocupantes de cargo em comissão. Possibilidade desde que relativa a parcela dos 40%. 60

Fabiana Medeiros de Melo Okano

Salário educação. Utilização dos recursos. Custeio de despesas com auxílio-alimentação dos servidores. Possibilidade 63

Fabiana Medeiros de Melo Okano

Estatuto da Criança e do Adolescente

Abrigo institucional. Instalações físicas. Necessidade de oferecer um ambiente familiar com separação da área administrativa 66

Ana Luiza Tardelli Siqueira Lazzarini

Gestão Financeira

Licença-prêmio. Forma adequada de contabilização. Regime de competência da despesa 77

Elizabeth Toshiko Horie

Lei de Responsabilidade Fiscal

Contratação temporária para professor substituto. Gasto com pessoal no limite prudencial. Interpretação do artigo 22, Parágrafo único, IV, da LRF. 81

Lucianne Pedroso

Licitação

Pesquisa de preços. Obtenção de valor abaixo do estimado. Análise da sua adequação com os preços praticados no mercado. 93

Cláudia Klocke Ghini Jorge

Loteamento

Chácaras de recreio. Instituição por condomínio de lotes ou loteamento fechado. Construção em área de preservação ambiental. Incidência de IPTU. Requisitos necessários. 102

Maria Theresa Camillo de Martini

Loteamento. Regularização por meio de termo de “declaração de posse”.
Impossibilidade.106

Maria Theresa Camillo de Martini

Orçamento

Emenda impositiva ao orçamento. Considerações sobre a Emenda
Constitucional nº 102/2019.113

José Carlos Polo

Poder de Polícia

Alvará. Atividades de baixo risco. Lei Federal nº 13.874/2019. Impactos
no âmbito municipal, inclusive no aspecto tributário.115

Luciana Gomes de Freitas e Vanessa de Barros Fuster

Previdência

Regime Próprio. Benefícios de natureza assistencial. Custeio pelo município.
Adequações em face da Emenda Constitucional nº 103/2019125

Lucianne Pedroso

Regime próprio. Reajuste anual de pensões. Cálculo do benefício.
Orientação133

Daniella Caetano Landim

Servidor Público

Celetista. Auxílio-doença. Obrigatoriedade de retorno ao trabalho após alta
médica. Requisitos para caracterização de abandono de emprego.140

Patrícia Forte Nunes

Celetista. Empregada pública aposentada. Afastamento por saúde.
Impossibilidade de concessão do auxílio-doença.
Suspensão do contrato de trabalho.153

Patrícia Forte Nunes

Celetista e estatutário. Manutenção de vínculo do servidor após a aposentadoria. Impossibilidade em face da Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma da Previdência)163

Patrícia Forte Nunes

Celetista. Empregada pública aposentada. Afastamento por saúde. Impossibilidade de concessão do auxílio-doença. Suspensão do contrato de trabalho.174

Patrícia Forte Nunes

Celetista. Empregados em comissão. Decisão judicial impondo a adoção do regime administrativo. Adequação da legislação local.181

Evelyn Laura Rodrigues

Estatutário. Agentes públicos impontuais. Aplicação de penalidades.187

Ana Carolina de Castro Souza

Estatutário. Escala de revezamento. Fornecimento de tíquete-alimentação nos dias trabalhados191

Ana Carolina de Castro Souza

Tarifas

Água e esgoto. Condomínio Residencial. Hidrômetro único para todas as unidades autônomas. Forma adequada de cobrança195

Giselle Gomes Bezerra

Terceiro Setor

Serviços educacionais. Nova despesa de alimentação dos alunos. Necessidade de alteração do plano de trabalho. Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014.....204

Isabela Giglio

Transparência Pública

Relatórios fiscais. Interpretação equivocada feita por terceiros e divulgada em mídias sociais. Responsabilização208

Giselle Gomes Bezerra

Tributo Municipal

COSIP. Utilização de recursos. Custeio com despesas de realocação de postes. Possibilidade213

Fabiana Medeiros de Melo Okano

ISS. Isenção para Advogados que prestam assistência judiciária gratuita. Análise em face do disposto no artigo 8º A da LC 116/03217

Vanessa de Barros Fuster

ITBI. Contrato de cessão de crédito para venda e compra de terreno e mútuo para construção pelo SFH. Incidência do imposto sobre o valor do terreno sem o importe relativo à edificação a ser realizada223

Mara Guimarães Dantas

Taxa de licença para funcionamento. Praça de pedágio. Rodovia federal sob concessão. Legitimidade da cobrança. Existência de decisões contrárias do TJ/SP.....234

Patricia Seco Torres

Urbanização

Mobilidade urbana. Patinetes e bicicletas elétricas. Regulamentação municipal. Orientações.....245

Giselle Gomes Bezerra

Via Pública

Construção e reforma de calçada. Atribuição desse dever ao particular. Necessidade de previsão em lei municipal.....250

Luciana Gomes de Freitas